

Leo Name

Arquiteto e urbanista, Professor do Departamento de Geografia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO)
arq.leoname@bol.com.br

O conceito de paisagem na geografia e sua relação com o conceito de cultura

Resumo

O artigo objetiva realizar uma revisão bibliográfica do conceito de paisagem na Geografia e terá como foco a relação que este conceito sempre manteve com o conceito de cultura. A partir de uma linha de tempo tradicional, a análise está dividida em três partes: na primeira, avalia-se a interação entre paisagem e cultura na geografia clássica; na segunda parte, nas geografias modernas; e, na última, nas geografias pós-modernas.

Palavras-chave: paisagem, cultura, geografia, revisão bibliográfica.

Abstract

THE CONCEPT OF LANDSCAPE IN GEOGRAPHY AND ITS RELATION WITH THE CONCEPT OF CULTURE

This paper aims at conducting a review of the concept of landscape in geography and will focus on the relationship that this concept has always maintained with the concept of culture. From a traditional timeline, the analysis is divided into three parts: first, we evaluate the interaction between landscape and culture in classical geography, in the second part, in modern geographies and, at last, in the postmodern geographies.

Key-words: landscape, culture, geography, literature review.

1. Introdução

O conceito de paisagem não é exclusivo da geografia, mas sempre teve grande relevância para a disciplina, estabelecendo-se como um de seus conceitos-chave, em constante (re)discussão. Meneses (2002) aponta que a paisagem é tema “extremamente amplo, cheio de veredas que se multiplicam e alternativas que não se excluem” (p. 29) e destaca, como problema, o fato de “paisagem” ser palavra extremamente polissêmica, o que em muito contribui para que a mesma seja amplamente utilizada como mero termo de sentido comum, uma moeda de troca sem qualquer especificidade que banaliza e desistoriciza o conceito.

Já Holzer (1999), em sua importante revisão bibliográfica, revela o quanto a paisagem, segundo suas próprias palavras, “está na moda”, ganhando as páginas da mídia e sendo parte do “boca-a-boca” dos cidadãos, o que se, por um lado, intensifica a necessidade da retomada do conceito por um grande coletivo de geógrafos, por outro contribui para que os múltiplos significados dados à paisagem, no cotidiano, ganhem equivocadamente estatuto científico. Muito antes, Meinig (2002 [1976]) já conseguia dar dez significados usuais para a paisagem¹, percebendo através deles uma duplicidade que gera estes inúmeros significados e que, por isso, é seu “problema principal”: o fato da paisagem sempre ser “composta não apenas por aquilo que está à frente de nossos olhos, mas também por aquilo que se esconde em nossas mentes” (p. 35).

Mas a etimologia da paisagem revela outros fatores a serem considerados. Segundo Holzer (*op. cit.*), *landschaft* é de origem alemã, medieval, e se refere a uma associação entre o sítio e seus habitantes, ou seja, morfológica e cultural. Provavelmente tem origem em *land schaffen*, que é “criar a terra, produzir a terra”. *Landschaft* originou o *landschap* holandês, que, por sua vez, originou o *landscape* em inglês. O termo holandês, apesar de seu significado ser igual ao correlato alemão, se associou às pinturas de paisagens realistas do início do século XVII, relacionando-se então às novas técnicas de representação renascentistas. Já o termo em inglês, originado do holandês, comumente é definido como *view of the land* ou *representation*

of the land (HOPKINS, 1994). Já *paysage*, em francês, tem seu significado atrelado às técnicas renascentistas, mas sua origem vem do radical medieval *pays*, que significa ao mesmo tempo “habitante” e “território”. Portanto, os significados da palavra “paisagem”, também ambíguos, revelam que ela não é apenas a condição estática de um espaço observado por um sujeito – individual ou coletivo, que tem seus valores e crenças –, como apontava Meinig. É também a produção do espaço e a representação do espaço por estes mesmos sujeitos, o que insere uma perspectiva dinâmica e diacrônica em sua conceituação e significados.

Tão polissêmico quanto o conceito de paisagem, o conceito de cultura, como aponta Cosgrove (1998a [1989]), mesmo no cotidiano, é utilizado para designar coisas distintas. A cultura é entendida tanto como o trabalho, a interação direta dos seres humanos com a natureza na produção (agricultura, policultura, vinicultura, silvicultura etc.), quanto a consciência, o conjunto de ideias, valores, crenças e a ordem moral. Paisagem e cultura carregam em si, portanto, uma oposição constante entre “materialidade” e “imaterialidade”. Talvez por isso o conceito de cultura implícita ou explicitamente sempre esteve associado ao conceito de paisagem, ao menos na geografia humana, e o diálogo dos geógrafos interessados neste conceito com os antropólogos interessados no de cultura quase sempre tenha sido constante.

Pretendo, aqui, tornar evidente esta interação entre a paisagem e o conceito de cultura que, quando não foi explicitamente abordado pelos geógrafos, se encontrava implícito em outras noções definidoras do conceito de paisagem. Para tal tarefa, uso como suporte não só alguns notórios trabalhos de geógrafos e antropólogos, citados ao longo do texto que se segue, como também aqueles ligados à história do pensamento geográfico, como os de Gomes (2000), Claval (1999 [1995]), Holzer (1997) e Corrêa (2001 [1989]; 2003). Adoto também, para esta revisão, uma linha de tempo tradicional, que vai da chamada “geografia clássica” até as “geografias pós-modernas”, tendo por objetivo contextualizar as definições e os conceitos de cada período desta disciplina com o estado da arte do pensamento científico de cada período.

2. Parte I: Paisagem e cultura na geografia clássica e nas primeiras tentativas de ruptura

Vidal de La Blache: paisagem como expressão do gênero de vida e cultura como hábito e adaptação ao meio

Na virada do século XIX para o XX, apesar de não haver um contexto intelectual homogêneo nos meios científicos, muito já se questionava a influência da biologia, especificamente do Evolucionismo de Darwin², sobre as demais ciências. No caso particular da geografia, a associação de localidades e de seus povos a uma perspectiva de evolução das espécies e de suas culturas deixava cada vez mais à mostra suas raízes eurocêntricas. Assim, opondo-se ao darwinismo, cientistas sociais como Durkheim, Mauss e Weber e geógrafos como La Blache e Demangeon adotaram uma visão neolamarckiana, marcada pela noção de que as espécies adquirem hábitos, transmitidos por descendência³. Tais cientistas, cuja perspectiva é a do Funcionalismo Evolucionista (HOEFLE, 1998), também utilizavam modelos evolutivos para explicar a estrutura da sociedade industrial europeia e o relacionamento entre as regiões do mundo, mas tomavam o cuidado de não incorrer no determinismo ambiental, ao menos de maneira mais explícita. É a partir das noções de “adaptação ao meio”, presente na obra de Lamarck, e de “hábitos adquiridos pelo homem” que se estruturam categorias como a “consciência coletiva” e a “sociedade”, de Durkheim (1987a [1895], 1987b [1893]), e o “gênero de vida” de La Blache, que, de certa forma, substituem o termo “cultura”, praticamente ausente no Funcionalismo. Esta indefinição é resultante do fato da discussão da cultura, neste momento, estar intimamente ligada às ideias do Evolucionismo Biossocial.

O gênero de vida definido por Vidal de La Blache influenciou, por certo, várias gerações posteriores de geógrafos, dentro e fora da Europa. Ele pode ser definido como um conceito dinâmico que resume um processo: é a forma específica de cada grupo, sua “maneira de ser”; esses grupos realizam uma adaptação ao meio a partir de uma herança cultural e instrumental, transmitida pelo hábito. La Blache se afasta de qualquer tentativa de determinação de leis universais para o estudo geográfico. Recorrendo-

se a *Princípios de geografia humana* (s.d., [1921]), obra publicada após o falecimento de La Blache e que resume as suas principais ideias, pode-se perceber que a cada gênero de vida, que possui sua localização específica na superfície da terra e sua específica adaptação ao meio, corresponde uma paisagem-tipo. A paisagem, entretanto, não é termo corrente de La Blache, é citada eventualmente, e se confunde com a região, o mais importante conceito vidalino. Mas, implicitamente, ela está bastante presente nas noções de forma (resumo dos diversos elementos em conexão, ao mesmo tempo causa e efeito uns dos outros) e, principalmente, de fisionomia (a expressão da singularidade de cada localização). E é válido dizer que, embora o termo “cultura” não seja utilizado, sua noção se apresenta, como já dito, a partir do conceito de “gênero de vida”, mas também nas noções de “hábito” e de “adaptação ao meio”, fatores que moldam as regiões/paisagens de cada agrupamento humano. O “sujeito” que se relaciona com a paisagem, neste caso, é evidentemente um “sujeito coletivo”.

Carl Sauer: a paisagem como objeto central da geografia e a cultura como marca da ação humana

As primeiras duas décadas do século XX foram um período de muitas incertezas para a ciência: se a teoria da relatividade, o estudo das mutações genéticas, o desenvolvimento da geometria não-euclidiana, o nascimento da psicanálise a partir de Freud e, na geografia, a defesa das análises mais particularistas e relativistas – supostamente “possibilistas”⁴ – por parte de Vidal de La Blache se configuraram como genuínas revoluções de pensamento a partir de uma forte reação ao positivismo na ciência e seus determinismos, ao mesmo tempo colocavam em questão a precisão e a objetividade da ciência. Correntes racionalistas começaram, assim, a questionar fortemente o subjetivismo, o intuicionismo e o idealismo nos estudos científicos.

A geografia, então idiográfica, descritiva e girando em torno das monografias regionais vidalinas, passa a sofrer as críticas desse momento. Carl Ortwin Sauer teve sua formação como geógrafo em um ambiente determinista e viveu esse momento de incertezas em que primeiramente

a perspectiva racionalista foi duramente criticada para, posteriormente, ser resgatada para fazer oposição a um suposto excesso de subjetividade científica. Sauer ingressou na pós-graduação da Universidade de Chicago em 1909, onde foi aluno de Rollin Salisbury, Ellen Semple e M. C. Cowles – respectivamente em geografia física, geografia humana e ecologia vegetal –, mestres de pensamento extremamente influenciados pelo determinismo ambiental. Após alguns anos lecionando na Universidade de Michigan, Sauer foi lecionar no Departamento de Geografia da Universidade da Califórnia, em Berkeley, a partir de 1923. Ali, Sauer fez intensa troca intelectual com os antropólogos Robert Lowie e Alfred Kroeber, aprofundando seus conhecimentos sobre a diversidade dos grupamentos humanos e, principalmente, sobre as definições de cultura, bases sólidas da geografia cultural por ele então instituída e incentivada.

Também influenciado por autores da geografia alemã como August Meitzen, Eduard Hahn e Siegrified Passarge⁵, Sauer publica em 1925 seu mais importante artigo, *A morfologia da paisagem* (SAUER, 1998 [1925]). Ele o inicia mencionando a discordância dos geógrafos em relação a seu objeto. Sauer, na verdade, vivendo um período de incertezas na ciência, quer ao mesmo tempo resolver as dualidades da geografia – física/humana, cosmologia/corologia, geral/regional – e colocá-la no mesmo patamar de outros campos do conhecimento que são “universalmente reconhecidos como estando vinculados às grandes categorias de fenômenos” (*ibid.*, p. 15). Ele determina, então, que se a botânica estudava as plantas e a geologia as rochas, a geografia deveria estudar a “área” ou a paisagem, para ele sinônimos. Esse intenso pragmatismo que elege a paisagem como objeto único da geografia a partir de um espírito taxativo e classificador de especialização das ciências se contrapõe ao fato de o autor defender que “toda ciência pode ser encarada como fenomenologia” (*ibid.*, p. 13).

Sauer, na verdade, carregava todas as contradições e ambiguidades do período em que viveu, o que de fato aumenta a complexidade de seu trabalho: diz estar interessado numa ciência positiva, e não à toa faz elogios a Jean Brunhes (1948 [1909]), o mais positivista dos discípulos de la Blache, mas ao mesmo tempo admite que há um conteúdo subjetivo da paisagem, que vai além da ciência e que se define por qualidades estéticas;

defende a descrição geral, mas aponta que a organização sistemática da paisagem se inicia com a recusa *a priori* de teorias a seu respeito; elogia a analogia orgânica, que “tem conduzido a conclusões cada vez mais válidas” (SAUER, *op. cit.*, p. 31), mas recusa qualquer compromisso com a biogenética social.

Para Sauer, a paisagem é composta por uma área distinta de formas, ao mesmo tempo físicas e culturais. Ele afirma que a paisagem

[não] é simplesmente uma cena real vista por um observador. A paisagem geográfica é uma generalização derivada da observação de cenas individuais [...] O geógrafo pode descrever a paisagem individual como um tipo ou provavelmente uma variante de um tipo, mas ele tem sempre em mente o genérico e procede por comparação (*ibid.*, p. 24).

O autor também faz defesa de um sistema geral de paisagens: “qualquer que seja a opinião que se possa ter sobre lei natural, ou nomotética, geral, ou relação causal, uma definição de paisagem como única, desorganizada ou não relacionada, não tem valor científico” (*ibid.*, p. 25). A partir dessas considerações, Sauer divide as paisagens em dois tipos: as paisagens naturais seriam aquelas “virgens”, supostamente intocadas ou com pouca ação humana, enquanto as paisagens culturais seriam as que possuem a presença do homem como agente da paisagem natural, avaliadas a partir das suas marcas. Mais tarde (SAUER, 1963 [1941]), ele definiria a paisagem cultural como “a visão geográfica da economia de grupo, como se sustenta com comida, abrigo, mobiliário, ferramentas e transporte”. Sauer acreditava que com esta conceituação, que em muito se aproxima da noção de gênero de vida da escola vidalina e com pesquisas etnográficas, a paisagem tornava-se objeto central de todos os ramos da geografia. Ao se estudar a forma *per se* da paisagem e seus sistemas, tinha-se certa “geografia geral”. Ao passo que a morfologia comparativa, i.e., o processo de se comparar paisagens individuais em relação a outras paisagens, seria a base para a “geografia regional”. Já a “geografia histórica” seria o estudo das mudanças das paisagens ao longo dos anos, ou seja, do processo de reconstituição de paisagens culturais passadas. E, por fim, a “geografia comercial” se debruçaria sobre as formas de produção e as facilidades que uma paisagem cultural apresenta para a distribuição dos produtos das áreas⁶.

Pode-se dizer que o pensamento de Sauer faz parte do Difusionismo (HOEFLE, *op. cit.*), que foi levado para os Estados Unidos por Franz Boas, geógrafo físico alemão que, rejeitando os princípios do determinismo ambiental, tornou-se antropólogo cultural. Boas foi mestre dos já citados Kroeber (1952 [1917]) e Lowie (1919), cuja definição da cultura como um supraorgânico influenciou fortemente Sauer, que já implicitamente a utiliza em *A morfologia da paisagem* e intensifica e explicita em escritos posteriores. A definição supraorgânica da cultura, tentando se afastar da psicologia e principalmente da biologia, a via como algo separado do indivíduo, mas que influencia diretamente suas ações. Cada cultura possui, assim, uma configuração particular específica e, portanto, única, como cada povo, que pode compartilhar elementos culturais com outros povos vizinhos em função de um processo imitativo e de contato através do tempo. Sauer, com uma visão mais particularista, adapta esta noção no delineamento de “áreas/paisagens culturais”, com povos de estilos de vida próprios baseados numa história local. A cultura é vista então como o conjunto de artefatos e instrumentos somados à associação de plantas e animais que as sociedades aprendem a utilizar e ao saber em relação ao ambiente.

Nesse sentido, pode-se dizer que Sauer então define uma forma estritamente geográfica de se pensar a cultura, a partir do estudo das marcas da ação do homem sobre as paisagens.

3. Parte II: Paisagem e cultura no ambiente das geografias modernas

Correntes como a geografia quantitativa, de base positivista, e a geografia crítica, com base no materialismo histórico/marxismo, vão surgir respectivamente nos anos de 1950 e 1960, detratando a geografia tradicional, então dita ultrapassada, e tendo como objetivo o estabelecimento de uma geografia moderna. Os geógrafos ligados a estas correntes, por isso, entendiam o estudo dos gêneros de vida, a grande base da geografia vidalina, como um arcaísmo sem sentido, já que o mundo daquele

momento pós-guerra se tornava cada vez mais interligado econômica e culturalmente, onde as técnicas de adaptação ao meio estariam largamente se uniformizando⁷. Nesse sentido, a declarada posição de Sauer de que sua geografia cultural não se destinava às sociedades modernas, complexas e urbanas tornava-se cada vez mais problemática, pois o que se queria era uma geografia adaptada à nova realidade do mundo.

Evidentemente a paisagem, tão “ambígua”, estava ausente no racionalismo lógico-matemático da geografia quantitativa. Na geografia radical, ela passa a ser tratada como mera manifestação física da formação socioeconômica. Nessa perspectiva, a paisagem passou a ser analisada somente em sua materialidade física, perdeu bastante relevância na produção acadêmica e sua dimensão cultural foi reduzida à ideologia. Mas é a geografia francesa que, nos anos de 1970, com o lançamento da revista *Hérodote* por Yves Lacoste, mesmo que a partir de uma perspectiva marxista, volta a dar destaque ao conceito de paisagem. E antes, nos anos de 1960, uma geografia, radical não em sua filiação a um marxismo, mas sim no caráter e na ousadia de seus temas, é que vai trazer, pela primeira vez, um particularismo exacerbado para discussão geográfica, que afetará o conceito de paisagem: a geografia humanista. Tratarei destas duas vertentes geográficas a seguir.

A geografia humanista anglo-americana: paisagens subjetivas e a cultura como o conjunto de valores, tradição e arte

O ambiente intelectual da década de 1960 é bastante contestador e libertário: é nele que insurgem os *hippies*, as revoltas estudantis e uma série de grupos e manifestações da chamada contracultura, que questionam fortemente os padrões culturais e políticos instituídos. Na Academia não poderia ser diferente, e é neste contexto que, sobretudo contra o crescimento da geografia quantitativa, acusada ora de colaborar para servir a interesses político-econômicos dominantes, ora de ser excessivamente pragmática, racionalista, acrítica e positivista, surgiu um apelo extremo à subjetividade e à sensibilidade na geografia.

Em 1961, o estadunidense David Lowenthal, um ex-aluno de Sauer, revisita a obra de John Kirtland Wright, outro estadunidense que, em 1947, apresentou à AAG trabalho que exigia dos geógrafos a exploração das terras incógnitas, pessoais e da imaginação, que estariam em cada indivíduo, para que se levasse a geografia para além do plano acadêmico e da extrema objetividade. A partir da subjetividade, Wright convidava os pesquisadores a se debruçarem sobre os trabalhos “leigos” com cunho geográfico. Em seu artigo, Lowenthal aproveita essas ideias e o conceito de “geosofia” de Wright, advogando por uma geografia que abarcasse os vários modos de observação, o consciente e o inconsciente, o objetivo e o subjetivo, o fortuito e o deliberado. Seis anos depois, em um seminário da AAG, Lowenthal conhece Yi-Fu Tuan. Nesse evento, Tuan (1967) defende dois modos de se ler os conceitos geográficos. O primeiro estaria ligado aos processos físicos que afetam a Terra, enquanto o segundo, denominado por ele como o das “humanidades” e ecoando o que há muitos anos, como aqui já apresentado, já dizia Sauer, se debruçaria sobre as marcas que o homem imprime na natureza como agente. Dentre as aproximações humanistas que então mais tarde irá defender, o autor considerava que o foco nas paisagens, dotadas de um significado simbólico especial a partir de atitudes em relação à natureza, vinha sendo até então totalmente negligenciado pelos geógrafos (TUAN, 1979).

Tendo como suporte a fenomenologia, por vezes existencial, em um enfoque bastante particularista, a paisagem é avaliada pelo que se convencionou chamar de geografia humanista, a partir dos valores, das crenças, do gosto e das preferências, da visão de mundo, termos que substituem o conceito de cultura. Busca-se a análise da paisagem a partir de sua interação com pequenos grupos (o máximo no que diz respeito a um “sujeito coletivo”) e seus valores, sejam pequenas elites locais ditando o que são belas paisagens e formando um gosto geral⁸, sejam camponeses dando inteligibilidade a seus arredores (BUNKSE, 1978). Ganha destaque, nesse sentido, a utilização do termo “paisagens vernaculares” (LOWENTHAL, 1968; JACKSON, 1984). Essa perspectiva extremamente particularista que prioriza a subjetividade chega a seu ápice quando a interpretação das paisagens recai sobre o entendimento e a valorização das mesmas a partir

de um sujeito individual: valorizam-se, assim, as paisagens dos artistas da literatura, da pintura, da arquitetura e do *design*, por exemplo (APPLETON, 1975; REES, 1978).

A paisagem cultural, nesses estudos, perde um pouco de seu caráter estritamente material (cultura como marcas do ser humano no espaço) e vai pouco a pouco sendo analisada como valor simbólico, artístico ou moral (cultura como expressão da mente humana, de um pequeno grupo ou de um único indivíduo). Mas há que se ressaltar que a paisagem é um conceito de menor importância na geografia humanista – os debates intensos vão posteriormente fazer com que o “lugar” ganhe muito mais relevância e se torne a síntese de suas muitas vertentes de pensamento –, mas a pequena produção sobre a paisagem se destaca por ser diferente das discussões anteriores, sem que, para isso, expoentes como Sauer fossem atacados ou abandonados. Muito pelo contrário: já que o movimento inicial fora o de se contrapor à então “novidade moderna” que eram a geografia radical e, sobretudo, a geografia quantitativa, há uma intensa valorização da tradição.

Lacoste e a Hérodote: paisagens e cultura de massa

Em 1976, Yves Lacoste lança a revista *Hérodote*, que, assim como a *Antipode* para os autores anglofônicos, centraliza os estudos de geografia marxista na França. Mas há uma diferença nítida entre as duas revistas: na *Hérodote*, a paisagem ressurge como foco de grande atenção, e o determinismo econômico, quase sempre contundente nas análises da geografia radical, perde aqui parte de sua dominância. Autores como o próprio Lacoste (1977), Ronai (1976, 1977), Sautter (1979), Cohen (1987), Collot (1986) e Giblin (1978), por exemplo, elegem a paisagem como objeto de seus estudos, sendo vista como espetáculo e como parte da cultura de massa, em filmes, anúncios publicitários e cartazes turísticos⁹.

Em todos estes trabalhos há um questionamento da paisagem-tipo da geografia clássica. Para os autores, a paisagem-tipo não é a “paisagem real”, mas sim uma abstração que dificulta o estudo objetivo. A dita paisagem real, por sua vez, mesmo como objeto principal desses estudos, torna-se

alvo de severas críticas, sendo acusada de mascarar e escamotear os conflitos do sistema capitalista em uma ilusão de harmonia. O ponto de vista de onde se observa uma paisagem (localização) torna-se importante nas análises e se confunde com o homônimo ponto de vista de quem expressa sua opinião (ideologia). É a partir da junção de ambos que determinados espaços, segundo tais autores, seriam escondidos ou revelados em uma paisagem.

Em 1990, Lacoste publica o livro *Paysages politiques*, que sintetiza muitas de suas ideias expostas nas páginas da *Hérodote* ao longo das décadas anteriores. Nele, Lacoste diferencia o mapa da paisagem – ele basicamente a achata e a planifica, servindo para reduzir o “acaso” do mundo, domesticando o espaço – e, finalmente, insere uma profunda discussão sobre as origens da paisagem, ausente ou superficial na grande maioria dos estudos da *Hérodote*. Ele explicita o recorte sobre seu conteúdo estético renascentista, e ressalta que não era a paisagem “real” (*sic.*) que figurava nas telas dos pintores do período – para o autor, só com o surgimento da fotografia, em fins do século XIX, que o interesse pela paisagem “real” se configurou. Ao se perguntar sobre as razões para uma paisagem ser bela, Lacoste não é muito conclusivo, mas esboça uma teoria: a observação estratégica de paisagens em guerras e batalhas, para se fugir e tentar encontrar o inimigo a partir de um ponto de vista, atividade restrita aos grupos militares, popularizou-se e virou senso estético a partir de instrumentos óticos que variaram do binóculo à câmera cinematográfica, processo que escamoteou a dimensão estratégica e ideológica desta seletividade do olhar. Pois, segundo Lacoste, é um grupo dominante que escolhe o que é bom e o que é belo, e há uma estratégia implícita no que se quer revelar ou esconder.

Nos escritos de todos esses autores pode-se perceber uma inspiração em marxistas culturais das décadas de 1930 e 1940, como Benjamin (1985 [1936]) e Adorno e Horkheimer (1985 [1944]), que, de forma diferente do marxismo clássico, viam a cultura como tão importante como as demais esferas da vida e exploravam o significado social por detrás da produção cultural e da cultura de massa e suas relações com a manutenção do *status quo*. Lacoste, em *Paysages politiques*, por sua vez, faz citação a Guy Débord, que, na década de 1960, com seu grupo de situacionistas, lançava críticas

à sociedade do espetáculo e, mais especificamente, à espetacularização urbana (DÉBORD, 1997 [1967]; JACQUES, org., 2003)

Se nestes escritos há, por um lado, um grande avanço em se perceber que a paisagem como objeto que está condicionado aos olhos, à localização, às técnicas e às mentes de quem está diante dela, por outro lado, há em muitos deles uma desmesurada e não admitida valorização do sentido estético da paisagem, que se resume à noção de beleza – esquecendo-se que uma paisagem pode ser “esteticamente repulsiva” –, como também uma problemática ausência de discussão do conceito de representação (o que a análise humanista ao menos esboçava pela via da fenomenologia), o que estabelece um conflito escalar na posição do observador e no objeto observado: o sujeito que interage com a paisagem se apresenta, infelizmente sem muita distinção, desde a informe figura do modo de produção capitalista, que utiliza a mídia para expressar seus “pontos de vista” sobre a paisagem, que se torna então uma representação, até o geógrafo que deve escolher um bom “ponto de vista” para poder descrever a paisagem “real” à sua frente. E, máxima contradição, a insistência da existência de uma paisagem “real”, de certa forma entendida como um espaço concreto, absoluto e longe das manipulações capitalistas – portanto inexistente! – impede maiores avanços conceituais.

A importância destes trabalhos publicados na *Hérodote*, porém, está no fato de anteciparem, em uma forma embrionária, algumas discussões sobre o que mais tarde se convencionaria chamar de “paisagens pós-modernas” e se debruçarem sobre o universo das mídias, discussão que só explodiria no ambiente anglo-americano nas décadas de 1980 e 1990.

4. Parte III: Paisagem, cultura, contexto e intertextualidade - geografias pós-modernas

O indeterminismo e o particularismo da geografia humanista, bem como sua própria dificuldade de abraçar uma corrente única de pensamento, gerando uma grande diversidade de temas, abriram caminho, na verdade, para a redefinição da geografia no contexto da ciência pós-moderna. De

forma simplificada, pode-se dizer que no período da pós-modernidade, que ainda vivemos, apesar de indícios de mudanças, a ciência se caracteriza por uma ausência de paradigmas, ou seja, por uma confluência de abordagens teóricas que não necessariamente rivalizam entre si. Isto permite que os cientistas sociais tenham mais liberdade para utilizar fontes e abordagens teóricas heterogêneas, tendo como intuito o estabelecimento de uma teoria particular. Isto permite, inclusive, que de acordo com o objeto e o contexto analítico de cada pesquisador, concepções teóricas possam conjugar análises ao mesmo tempo subjetivas e mais particularistas com abordagens mais materialistas, focadas na (re)produção do sistema capitalista, por exemplo.

Contexto, aliás, é palavra-chave: a universalidade das ciências está cada vez mais sendo vista com desconfiança, valorizando-se a interpretação, muitas vezes caso a caso. Tanto a geografia francesa quanto a anglo-americana vivem esse momento, e, no caso do estudo das paisagens, destacam-se como expoentes respectivamente Augustin Berque e, em um nível mais radical, Denis Cosgrove e demais autores da *New Cultural Geography*.

New Cultural Geography: paisagens, ideologias e a interpretação das culturas

As preocupações de Cosgrove giravam inicialmente em torno da definição de uma “geografia cultural radical”, de base no materialismo histórico e calcada nas paisagens simbólicas, e no conceito de formação socioeconômica (1996 [1989]; 1998b[1984]). Mas ao contrário de alguns materialistas históricos que utilizaram o conceito, o autor não incorria em um determinismo econômico. O conceito de ideologia também é importante em sua abordagem – mas não se confunde com o de cultura – e, a partir da sua valorização, a paisagem apresenta-se em uma visão bastante imaterial: ela seria, para Cosgrove, uma ideia, uma maneira européia/ocidental de ver o mundo e onde o sujeito (coletivo, cada grupo ou sociedade) interpreta a si e os outros. Escolher, formatar ou representar uma paisagem seria necessariamente uma atitude ideológica ligada a uma

rede de interesses e a uma estratégia de dominação. Principal nome da chamada *New Cultural Geography*, a riqueza de sua abordagem está, por um lado, no fato de a paisagem ser revelada como a resultante de um processo, permanentemente inacabado; e, por outro lado, por ser assumidamente considerada como uma abstração – ela não existe *per se* pois, como parte da “realidade”, é uma maneira de se produzir, manipular e contemplar o espaço. Além disso, Cosgrove também deixa claro que a paisagem, como conceito dentro de um campo acadêmico, é uma ferramenta analítica do pesquisador: a análise da paisagem é um método para se entender o mundo e as sociedades que, aliás, produzem, mantêm e compartilham as diversas paisagens e suas devidas valorações. Não há de maneira alguma uma distinção entre a paisagem que é supostamente real daquela que seria mera representação: relacionado-se direta ou indiretamente a autores como Michel de Certeau (2007 [1980]) e Henri Lefebvre (1981 [1974]), parte-se do princípio que realidade e representação são mundos que se complementam e interagem entre si, sendo que a paisagem os sintetiza: ideologia, representação e cultura assim se fundem e se confundem.

Cosgrove, com o tempo, vai se afastando de um materialismo histórico *stricto*: em *A geografia está em toda parte* (1998a [1989]), suas considerações sobre ideologia e poder, por exemplo, se relacionam não só com classes sociais, mas também com questões de gênero, raça, faixa etária e religião. Sintetizando esta abordagem, Cosgrove desenvolve o conceito de “paisagens da cultura dominante”, aquelas que são utilizadas para a manutenção do poder/*status*/hegemonia de determinado(s) grupo(s), e, por relação, conclui que cada (sub)cultura possui paisagens correspondentes, mesmo que sejam paisagens da fantasia. Pouco a pouco, Cosgrove vai se interessando por temas mais abrangentes: a iconografia da paisagem e sua análise assumidamente “superficial” (COSGROVE; JACKSON, 2000 [1987], DANIELS; COSGROVE, 1987), a imaginação em relação à paisagem (COSGROVE, 2000b [1994]) e até mesmo as paisagens extraterrestres (2000a).

Tanto Cosgrove como outros autores anglo-americanos da *New Cultural Geography*, tais como Stephen Daniels, Peter Jackson e James Duncan, por exemplo, possuem abordagem influenciada principalmente pela antropologia de Geertz (1989 [1973]) e seu discípulo Clifford (1986),

autores que criticaram o racionalismo e o determinismo de Malinowski (1944) e Lévi-Strauss (1976 [1962]), mas que deles aproveitaram a ideia de que qualquer saber, seja o científico ou o leigo, é transmitido pela fala, pela palavra e pelo discurso. Geertz e Clifford vão definir que a cultura não está dentro nem funciona através dos seres humanos, mas que deve ser constantemente reproduzida por eles. Ela é como um texto, que depende de seu contexto e que é escrito, lido e apreendido em momentos distintos e particulares. O mundo é um conjunto desses textos justapostos e cabe ao cientista lê-los e interpretá-los, o que jamais será imparcial.

Nessa perspectiva da intertextualidade, a paisagem facilmente também se converte, por analogia, em um texto, dada sua condição de espaço que é ao mesmo tempo produzido, contemplado, interpretado e muitas vezes consumido, necessariamente precisando da interação com um ou mais sujeitos individuais ou coletivos para sua existência¹⁰. O mundo também é um conjunto de paisagens que modificam de significado, seja de acordo com quem está diante delas ou por causa das intenções de quem as produziu. Sua produção, seu ordenamento, sua manutenção e transformação podem se converter em discurso ideológico, assim como sua reprodutibilidade nas mais diversas mídias se converter em massificação que faz com que um maior número de pessoas seja atingida pelo discurso pretendido. É James Duncan quem explicita e converte em método a transformação da paisagem em texto, em *The city as text* (1990).

Berque: paisagens e culturas como marca e matriz de civilizações

Augustin Berque, geógrafo francês contemporâneo aos autores da *New Cultural Geography*, também adota uma abordagem particularista e prima pela discussão intertextual (BERQUE, 1998 [1984], 1985, 1989, 1994a, 1994b). A paisagem, para ele, é uma marca, que expressa uma civilização a partir de sua materialidade, que pode e deve ser descrita e inventariada; mas é também uma matriz, que participa dos esquemas de percepção, concepção e ação, ou seja da cultura; ela é vista por um olhar, apreendida por uma consciência, valorizada por uma experiência, julgada e eventualmente reproduzida por uma estética e por uma moral, gerada

por uma política etc (BERQUE, 1998 [1984]). É, com certeza, uma bela definição de paisagem, tão polissêmica quanto a de Cosgrove (mas de fato um tanto mais imaterial) e que parece sintetizar muitas das abordagens anteriores sobre a paisagem.

Berque, sem utilizar conceitos caros a Cosgrove como o de ideologia ou o de dominação, vê também que a paisagem é uma abstração que não reside somente no objeto, nem somente no sujeito, mas na interação complexa destes dois termos (BERQUE, 1994a, p. 5). O sujeito em questão é coletivo e, a partir desta constatação, Berque pode estabelecer diferenças entre a *paysage* ocidental e a *shanshui* oriental (*Id.*, 1989): apesar de serem extremamente diferentes as duas se assemelham na mediação do homem com seu meio, o que não é uma condição exclusivamente ocidental. Tais argumentos vão corroborar para que Berque, mais tarde, possa advogar em favor da existência de civilizações paisagísticas e não-paisagísticas (*Id.*, 1994b)¹¹.

Apesar de muitos pontos da abordagem de Berque e de seus contemporâneos anglofônicos serem congruentes, Mikesell (2000 [1994]) vai reclamar, com razão, que a geografia anglo-americana não presta atenção na discussão da geografia cultural francesa, sobretudo em Berque. A crítica, de fato, também pode ser direcionada à geografia francesa, também ilhada em seus próprios autores, fato lamentável que pode prejudicar maiores avanços teóricos.

5. Considerações Finais

Diferente de outros conceitos como lugar e território, que passaram por radicais reformulações, a paisagem guardou ao longo do tempo relativa estabilidade, que contraditoriamente reside em sua própria ambiguidade, nem sempre admitida pelos geógrafos aqui abordados. A paisagem guarda diversas dicotomias: física/humana, morfologia/cultura, trabalho/ideia, materialidade/imaterialidade, representações coletivas/valores individuais, paisagem-tipo/paisagem real. Assim como a cultura, objeto de várias discussões dos antropólogos, a paisagem é conceito elástico, que facilmente

pode ser apropriado a discursos ideológicos. A variação de suas definições ao longo do tempo, talvez mais que quaisquer outros conceitos, só pode de fato ser compreendida ao se avaliar o contexto que se apresentavam, ou seja, a geografia e a história social desses conceitos. Mais importante ainda, só se compreende determinada abordagem ou recorte da paisagem se se entende o que seu autor explícita ou implicitamente entende por cultura.

Ao se escolher trabalhar com a paisagem, portanto, deve-se ter a consciência de que se trata de um conceito dinâmico, com diversas escalas de tempo e níveis de observação. A paisagem possui elasticidade e ambiguidade, necessariamente sendo impossível se apreendê-la de forma totalizante e encarcerá-la em uma definição única. Assim como a cultura.

Notas

¹ Meinig enumera que a paisagem pode ser entendida como: natureza, habitat, artefato, sistema, problema, riqueza, ideologia, história, lugar ou estética.

² A *origem das espécies*, do naturalista inglês Charles Robert Darwin, data de 1859. A principal teoria darwinista, que revolucionou o modo de se pensar a existência de vida no planeta, é a “seleção natural”. Ela prevê, diante do aumento constante da população de uma espécie geração após geração, ao contrário da fonte de alimentos sempre constante, uma inevitável competição por alimento em que os mais “aptos” sobreviveriam às custas da morte dos demais. Tal teoria, largamente aceita no meio científico até hoje, pôde ser facilmente reinterpretada na virada do século XIX para o XX para explicar certa “inevitabilidade” da violenta ação europeia sobre suas colônias no resto do mundo.

³ As teorias sobre a evolução das espécies elaboradas por Jean Baptiste Pierre Antoine de Monet, Cavaleiro de Lamarck, datam de 1809, mas não conseguiram reconhecimento científico tão grande quanto as ideias posteriores de Darwin. Lamarck formulou o chamado “transformismo”, que afirma que os indivíduos de uma espécie se adaptam à ação e às transformações do meio ambiente em que vivem, criando assim um hábito, sendo que o resultado de tais adaptações nos indivíduos seria transmitido para sua descendência.

⁴ Vale ressaltar que a dicotomia entre os supostos “determinismo” ratzeliano e “possibilismo” vidalino foi uma criação teórica de Lucien Febvre (1991 [1922]). Vidal de La Blache jamais enunciou tais termos nem fez críticas a Ratzel que pudessem comprovar que a ele queria fazer direta oposição. Sobre o assunto, ver Mercier (1995) e Name (2010).

⁵ Paul Claval (1999 [1995]) e Robert C. West (1990) oferecem importantes revisões da geografia alemã.

⁶ Em *The nature of geography*, Richard Hartshorne (1939) elegeu o conceito de região como o mais importante da geografia depois de fazer duras críticas a Sauer e sua centralidade na paisagem. Para ele, a paisagem está carregada de imprecisões e apresenta mais problemas que soluções para a geografia e a distinção prévia de Sauer entre paisagem natural e cultural acentua as dicotomias entre geografia física e humana. Hartshorne não concorda com esta separação, coloca em evidência os problemas adquiridos da noção de uma paisagem natural primitiva

e isolada de toda a ação humana, considera a valorização da história por Sauer totalmente arbitrária e vê que a limitação aos aspectos materiais afasta a Geografia de outros fenômenos tradicionalmente estudados. Para Hartshorne, portanto, a paisagem não serve à objetividade do geógrafo: “[a] impressão subjetiva que o artista (incluindo-se pintores e literatos) recebe de uma paisagem ou de uma região, e a qual ele deseja comunicar aos outros, é muito diferente da descrição objetiva que o geógrafo deve objetivar proporcionar” (p. 151).

⁷ Vale dizer, porém, que Max Sorre (2002 [1948]) veementemente defendeu a validade do conceito de gênero de vida, mesmo nas sociedades que à época tornavam-se cada vez mais urbanas e cosmopolitas: apontou que as grandes cidades mantêm diferentes grupos com hábitos, formas de circulação no espaço e de apropriação do espaço absolutamente distintas. Ainda que seu exemplo da diferenciação de profissões pareça um tanto simplificado, não seria leviano dizer que, com este trabalho, tem-se aberta a possibilidade de se relacionar o conceito de gênero de vida com o de “identidades” (inclusive territoriais) e o de “tribos urbanas”, hoje tão comumente utilizados nas ciências sociais.

⁸ Trabalhos de Lowenthal e Prince (1964 e 1965) são pioneiros por desenvolverem este tema antes do hoje histórico encontro com Tuan na AAG.

⁹ Foucher (1977), Janin (1977) e Collin-Delavaud (1977), por exemplo, vão trabalhar especificamente com as paisagens do cinema e/ou da fotografia, tema bastante inovador para a época.

¹⁰ Ao adotarem essa visão da intertextualidade, herdada da antropologia, os geógrafos passam a proferir duras críticas à maneira como Sauer tratava a cultura, a meu ver demasiadamente presentistas e por isso mesmo exageradas e por vezes injustas. A maior delas está em Duncan (2002 [1980]), que rechaça a cultura como um supraorgânico sem dar valor ao fato de que a separação da cultura do indivíduo era naquele momento necessária para se contrapor às definições que a viam como parte das características biológicas, posição que vem ganhando novamente cada vez mais força com a atuação dos neodarwinistas.

¹¹ Berque (1994b, p. 15-16) distingue as *civilisations non-paysagères*, aquelas que nem sabem o que é a paisagem, não têm palavras para defini-la, imagens para representá-la e práticas para apreciá-la, daquelas que são *paysagères*. Essas se caracterizariam pelo uso de uma ou mais palavras para se definir “paisagem”, por uma literatura (oral e escrita) descritiva da paisagem ou que canta sua beleza, por representações pictóricas da mesma e por jardins de contemplação.

Referências

ADORNO; HORKHEIMER. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985 [1944].

APPLETON, Jay. **The experience of landscape**. Chichester : New York, Brisbane, Toronto, Singapore: John Wiley & Sons, 1975.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: **Obras escolhidas**. Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1985 [1936], p. 165-196.

BERQUE, Augustin. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (eds.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998 [1984], p. 84-91.

___ . Introduction. In: BERQUE, Augustin (org.). **Cinq propositions pour une théorie du paysage**. Seyssel: Champ Vallon, 1994a, p. 5-10.

___ . Paysage, milieu, Histoire. In: BERQUE, Augustin (org.). **Cinq propositions pour une théorie du paysage**. Seyssel: Champ Vallon, 1994b, p. 11-29.

___ . La transition paysagère ou sociétés à pays, à paysage, à shanshui, à paysagement. **L'espace géographique**, v. 13, n. 1, p. 18-20, 1989.

___ . Milieu, trajet de paysage et déterminisme géographique. **L'espace géographique**, v. 9, n. 2, p. 99-104, 1985.

BUNKSE, Edmund V. Commoner attitudes toward landscape and nature. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 68, p. 551-566, 1978.

BRUNHES, Jean. **La géographie humaine**. Paris: Presses Universitaires de France, 1948 [1909].

de CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**. Vol. 1. Petrópolis: Editora Vozes, 2007 [1980].

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999 [1995].

CLIFFORD, James. Introduction: partial truths. In: CLIFFORD, J.; MARCUS, G. E (eds.). **Writing culture**. Berkeley: University of California Press, 1986.

COHEN, Sylvie. Points de vue sur les paysages. **Hérodote**, v. 44, p. 38-44, 1987.

COLLIN-DELAUVAUD, Claude. Paysages, photographie et cinéma. **Hérodote**, n. 7, p. 130-147, 1977.

COLLOT, Michel. Points de vu sur la perception des paysages. **L'espace géographique**, v. 15, n. 3, p. 211-217, 1986.

CORRÊA, Roberto Lobato. A geografia cultural e o urbano. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (orgs.). **Introdução à geografia cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 167-186.

___ . Carl Sauer e a Geografia Cultural. In: **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001 [1989], p. 261-285.

COSGROVE, Denis. Extra-terrestrial geography: cosmography before and after Von Humboldt. **The Alexander Von Humboldt Lectures**, Department of Geography, UCLA, Los Angeles, 2000a. Disponível na Internet via <http://www.escholarship.org/uc/item/7g79h5k9>. Arquivo consultado em 18 de junho de 2010.

__ . Mundos de significados: geografia cultural e imaginação. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDHAL, Zeny (orgs.). **Geografia cultural: um século (2)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000b [1994], p. 33-61.

__ . A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo das paisagens humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDHAL, Zeny (orgs.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro : EdUERJ, 1998a [1989], p. 92-123.

__ . **Social formation and symbolic landscape**. Madison: The University of Wisconsin Press, 1998b [1984].

__ . Em direção de uma geografia cultural radical: problemas da teoria. **Espaço e cultura**, n. 3, p. 5-42, 1996 [1989].

COSGROVE, Denis; JACKSON, Peter. Novos rumos da geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDHAL, Zeny (orgs.). **Geografia cultural: um século (2)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000 [1987], p. 15-32.

DANIELS, S. J.; COSGROVE, D. Iconography and landscape. In: COSGROVE, D.; DANIELS, S. J. (eds.). **The iconography of landscape**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

DÉBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997 [1967].

DUNCAN, James. O supraorgânico na geografia cultural americana. **Espaço e Cultura**, n. 13, p. 7-33, 2002 [1980].

__ . **The city as text**. The politics of landscape interpretation in the Kandyen Kingdom. Cambridge, New York, Port Chester, Melbourne, Sydney: The Cambridge University Press, 1990.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Abril, 1987a [1895].

__ . **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Abril, 1987b [1893].

FEBVRE, Lucien. **A terra e a evolução humana**. Introdução geográfica à história. Lisboa: Edições Cosmos, 1991 [1922].

FOUCHER, Michel. Du désert, paysage du western. **Hérodote**, n. 7, p. 130-147, 1977.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989 [1973].

GIBLIN, Béatrice. Le paysage, le terrain et les géographes. **Hérodote**, v. 9, p. 74-89, 1978.

GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

HOEFLE, Scott William. Cultura na história do pensamento científico. **Revista de pós-graduação em geografia**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 6-29, 1998.

HARTSHORNE, Richard. **The nature of geography**. A critical survey of current thought in the light of the past. University of Minnesota Press, 1939.

HOLZER, Werther. Paisagem, imaginário, identidade: alternativas para o estudo geográfico. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDHAL, Zeny (orgs.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999, p. 149-168.

___. A geografia humanista: uma revisão. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 8-19, 1997

HOPKINS, Jeff. Mapping of cinematic places: icons, ideology and the power of (mis)representation. In: AITKEN, Stuart C.; ZONN, Leo E. **Place, power, situation and spectacle**. A geography of film. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 1994, p. 47-65.

JACQUES, Paola Berenstein (org.). **Apologia da deriva**. Escritos situacionistas sobre a cidade. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

JACKSON, John Brinckerhoff. **Discovering the vernacular landscape**. New Haven, London: Yale University Press, 1984.

JANIN, Nicole. Cadres e cadrages du western. **Hérodote**, n. 7, p. 83-93, 1977.

KROEBER, A. L. **The nature of culture**. Chicago: University of Chicago Press, 1952 [1917].

LACOSTE, Yves. **Paysages politiques**. Braudel, Gracq, Reclus. S.l.: Le Livre de Poche, 1990.

___. A quoi sert le paysage? Qu'est-ce um beau paysage. **Hérodote**, v. 7, p. 3-41, 1977.

LEFEBVRE, Henri. **The production of space**. Oxford, Blackwell, 1981 [1974].

LÉVIS-STRAUSS, Claude. **O pensamento selvagem**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1976 [1962].

LOWENTHAL, David. The american scene. **Geographical Review**, v. 58. n. 1, p. 61-88, 1968.

__. Geography, experience and imagination: towards a geographical epistemology. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 51, n. 3, p. 241-260, 1961.

LOWENTHAL, David; PRINCE, Hugh. English landscapes tastes. **Geographical Review**, v. 55, n. 2, p. 186-222, 1965.

__. The English landscape. **Geographical Review**, v. 54, n. 3, p. 309-346, 1964.

LOWIE, Robert. **Primitive society**. New York: Stockton, 1919.

MALINOWSKI, B. **A scientific theory of culture and other essays**. Oxford: Oxford University Press, 1944.

MEINIG, Donald W. O olho que observa: dez versões da mesma cena. **Espaço e Cultura**, n. 13, p. 35-46, 2002 [1976].

de MENESES, Ulpiano T. Bezerra. A paisagem como fato cultural. In: YÁZIGI, Eduardo (org.). **Turismo e paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002, p. 29-64.

MERCIER, Guy. La région et l'État selon Friedrich Ratzel et Paul Vidal de la Blache. **Annales de Géographie**, v. 104, n. 583, p. 211-235, 1995.

MIKESELL, Marvin W. Posfácio: novos interesses, problemas não resolvidos e tarefas que persistem. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDHAL, Zeny (orgs.). **Geografia cultural: um século (2)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000 [1994], p. 85-109.

NAME, Leo. A natureza como o Outro de diferentes partes: uma discussão sobre Ratzel e a alteridade. **Biblio 3W**, v. 15, n. 854. Disponível na INTERNET via <http://www.ub.es/geocrit/b3w-854.htm>. Arquivo consultado em 18 de junho de 2010.

REES, Ronald. Landscape in art. In: BUTZER, K. W. (ed.). **Dimensions of human geography: essays on some familiar and neglected themes**. Chicago: University of Chicago Press, 1978, p. 48-68.

RONAI, Maurice. Paysages. **Hérodote**, v. 1, p. 125-159, 1976.

__. Paysages II. **Hérodote**, v. 7, p. 71-91, 1977.

SAUER, Carl O. A morfologia da paisagem. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (orgs.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998 [1925], p. 12-74.

___. Foreword to historical geography. In: LEIGHLY, J (ed.). **Land and life**. A selection from the writings of Carl Otwin Sauer. Berkeley, Los Angeles: University of California Express, 1963 [1941], p. 351-379.

SAUTTER, Gilles. Le paysage comme connivence. **Hérodote**, v. 16, p. 40-67, 1979.

SORRE, Max. A noção de gênero de vida e seu valor atual. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENTHAL, Zeny (orgs.). **Geografia cultural: um século (3)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002 [1948], p. 15-62.

TUAN, Yi-Fu. Thought and landscape: the eye and the mind's eye. In: MEINIG, Donald W (ed.). **The interpretation of ordinary landscapes**. New York: Oxford University Press, 1979, p. 89-102.

___. Attitudes toward environment: themes and approaches. In: LOWENTHAL, David (ed.). **Environmental perception and behavior**. Chicago: University of Chicago Press, 1967, p. 4-17.

VIDAL DE LA BLACHE, P. **Princípios de geografia humana**. Lisboa: Edições Cosmos, s.d. [1921].

WEST, Robert C. (ed). **Pioneers of Modern Geography**. Baton Rouge: Louisiana State University, 1990.

WRIGHT, John K. Terrae incognitae: the place of the imagination in geography. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 37, n. 1, p. 1-15, 1947.

Recebido em: 03/06/2010

Aceito em: 23/07/2010